

O avanço da consciência negra ante o pacto racial brasileiro.

“Salloma” Salomão Jovino da Silva

"As políticas universais não são suficientes para resolver a questão racial".
Mário Lisboa Theodoro - Diretor de Cooperação e Desenvolvimento do Ipea.

"Os negros são os testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo acontece com os indígenas, com os párias da terra e os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades."

Florestan Fernandes

Embora há mais de uma década a Sociologia tenha resolvido a questão da Raça como categoria sociológica válida, por sua emergência como construto social, setores reativos persistem na discussão sobre sua impertinência, com argumentos que redundam apenas na impossibilidade do termo como conceito biológico. Parte das comemorações do Mês da Consciência Negra, esta reflexão sobre desigualdades raciais e consciência negra no Brasil, se afina com textos de Antonio Sergio Guimarães que advogam emprego de raça como categoria social historicamente construída.¹

Dados de vários Institutos como IBGE, SEAD, FIOCRUZ, INEP e IPEA, assim como inúmeros estudos acadêmicos têm demonstrado como a sociedade brasileira é profundamente desigual e como tais desigualdades tem recortes de cor/raça/etnia. Atualmente, nem mesmo os meios comunicação mais conservadores podem escamotear essa realidade, a exemplo do Portal G1, cuja reportagem publicada em 2008 recortamos o trecho transcrito abaixo:

“Neste ano, são comemorados os 120 anos da abolição da escravatura.”

No dia em que a Lei Áurea completou 120 anos, uma pesquisa foi lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontando que a população negra será maioria no País ainda em 2008, mas que a sonhada igualdade ainda está longe de acontecer. Na atual velocidade e intensidade de implantação de políticas públicas, a igualdade entre brancos e negros só deve acontecer daqui a 50 anos. O Brasil tem atualmente mais de 180 milhões de habitantes.”²

A persistência de tais desigualdades ora é atribuída a uma “herança da escravidão”, outra ao arcaísmo dos setores mais pobres que rejeitam ou resistem a entrada na modernidade. Uma interpretação sociológica chegou a identificar incapacidade dos descendentes de africanos em se adaptar ao trabalho livre, justamente quando adveio a primeira transformação tecnológica significativa na produção e consumo nas terras do antigo império luso.

Na prática as mudanças que ocorreram ao longo do século XX início do XXI no Brasil demonstram simultaneamente um esforço hercúleo das populações negras para se inserirem socialmente, em contraposição a uma resistência social e política para que esta inserção se consolide. Tal resistência podemos denominar “racismo estrutural”, ou seja, uma capacidade dinâmica da elite branca manter sua hegemonia mediante silêncio e a cooperação involuntária dos demais setores. Dessa forma as perspectivas não são nada animadoras: “Se a velocidade e a intensidade de implantação de políticas públicas forem mantidas, os pesquisadores acreditam que a igualdade entre brancos e negros só será concretizada daqui a cinco décadas, quando a Lei Áurea completará 170 anos.”³

Está demonstrado também como os avanços educacionais, tecnológicos e econômicos alcançados não se traduzem em diminuição do abismo econômico que separa brasileiros de origem predominantemente indígena e africana e os demais de origem nitidamente européia. Tornou-se uma obviedade falar, pensar, discutir e estudar sobre o “preconceito de cor”, mas ainda hoje o termo Racismo Anti-Negro causa pavor

¹ Ver GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo & HUNTLEY, Lynn. Tirando a máscara: Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

² Portal G1: População negra será maioria no Brasil em 2008, diz Ipea (manchete) (13/05/2008 - 10:58) Por Flávia Gradowski Sampaio.

³ Idem

em alguns espaços acadêmicos e, sobretudo no meio jornalístico. Este aspecto impronunciável de relações raciais no Brasil tem seu fundamento no que podemos denominar Pacto Racial Brasileiro.

O pacto racial é um contrato estabelecido entre as partes que compõem a sociedade brasileira mediante o poder político-econômico. No nosso caso trata-se da reafirmação da hierarquia mediante as origens das populações indígenas, africana e européia.

O pacto não é elemento mantenedor das desigualdades estruturais, mas é seu dado legitimador, porque as naturalizada no tempo, na História e na Cultura. Não tem caráter institucional, mas encontra-se proporcionalmente disseminado em todas as esferas da vida social, sendo confirmado nas concepções de identidade nacional, na distribuição de prestígio, status e obviamente na organização do poder e ritualização dos seus símbolos.

Podemos comprová-lo tanto nos eventos artísticos, como também nas geografias humanas das áreas urbanas, nas quais as populações periféricas são predominantemente negro-mestiças, ao passo que vai embranquecendo nas áreas mais nobres e centrais. Obviamente são as áreas melhor providas de infraestrutura, saneamento, transporte, saúde e segurança pública. Podemos falar de um rigoroso planejamento urbano que se reproduz de forma homogênea do Rio Grande do Sul ao Maranhão. Esse é um quadro que resiste a mudanças efetivas no transcorrer de todo período republicano, esse quadro é referenciado no pacto racial.

Tal contrato é um acordo não explícito, constituído no plano simbólico, mas com efeitos práticos e concretos nos âmbitos econômicos, educacionais, religiosos, jurídicos. Esse contrato estabelece uma hierarquia social entre as coletividades. Sua dinâmica inclui pequenos privilégios e dutos individuais de acesso por meio de atividades (lícitas e ilícitas) econômicas, políticas, tecnológicas ou educacionais inovadoras. Esses dutos de ascensão têm sido imprescindíveis para reformulação do pacto e não trazem perigo de ruptura da ordem social. Este contrato foi referendado ao menos em cinco convenções nos últimos 120 anos, quais sejam, em 1889, 1930, 1946, 1964 e 1988. No limiar do século XIX, algumas elucubrações racistas de cientistas brasileiros previam que ao final do século XX a maioria da população seria branca, mas o acaso histórico tem demonstrado o contrário:

“Na década de 70, o País entrou em uma transição demográfica e as taxas de crescimento populacional caíram, mas não de forma homogênea. As taxas de natalidade brancas despencaram, antes dos negros e pardos. Nessa época, 57,2% da população era formada por brancos e 40,1% por negros. A divisão foi mudando, com negros aumentando seu peso populacional para 44,2% em 1987 e chegando a 49,5% em 2006. Agora, em 2008, a população negra deve, no mínimo, igualar a população branca em números. Se as tendências se confirmarem, em 2010 o Brasil será um País com predomínio de negros.”⁴

A primeira convenção ou referendo da organização sócio-racial está na origem da concepção republicana brasileira de governação e ordem social. Mesmo com pequenas alterações e cismas não significativos, ela se reafirma ao longo do século XX, redefinindo-se na constituição de 1988 e seguindo alimentada principalmente pela manipulação da ideologia republicana, que frisa a igualdade formal de direito entre todos os cidadãos ao passo que vela cuidadosamente as reais desigualdades.

O pacto racial brasileiro pressupõe a aceitação pacífica por parte dos negro-mestiços e indígenas de um estatuto diferenciado de cidadania. Este estatuto este relacionado às condições “naturalmente inferiores” de escolarização, trabalho/salário/renda, acesso a saúde, a moradia, transporte público, crédito, ocupação

⁴ Ibidem

do espaço urbano, seguridade social, lazer, etc. Os dados atuais não trazem novidades, apenas consubstanciam numericamente e complementam aspectos da retórica dos movimentos negros pós 1970.

“No mercado de trabalho, por exemplo, a inserção da população negra e branca difere muito. A começar pela taxa de desocupação, a qual corresponde a 4,5 milhões de trabalhadores negros e 3,7 milhões de brancos desempregados. Os setores econômicos com as piores condições de remuneração, estabilidade e proteção são formados, em sua maioria, por negros.

Na agricultura, eles ocupam 60,3% das vagas e em serviços domésticos o número fecha em 59,1%. Além disso, os trabalhadores não remunerados somam 55% e os assalariados sem carteira 55,4%. Dentre os que ganham mais de 10 salários mínimos, os negros correspondem somente a 21,7%, percentual que chega a 76,2% entre os brancos”⁵

Embora haja mobilidade social em termos gerais, negro-mestiços e indígenas, geração após geração são socialmente educados pela ordem vigente, com mensagens de acomodação e conformismo. Violência real e simbólica são também utilizadas para a manutenção da hierarquia racial, historicamente vêm em forma de ameaça velada ou do uso racionalizado das forças oficiais e extra-oficiais de segurança. A segurança privada desde o século XIX, tem sido utilizada em situações de eminente conflito geral por terra, trabalho, contra as atividades sindical ou política. Os grupos paramilitares têm atuado tanto no espaço rural, quanto no urbano a despeito das normas legais vigentes. Uma outra prática tolerada pelas instituições republicanas é o seletivo extermínio de jovens negro-mestiços do sexo masculino, que por sua vez tem implicações sobre saúde pública da população economicamente ativa, mas parece cumprir vários papéis relativos a ocupação territorial, a regulação dos salários e a empregabilidade.

As Instituições Escolares tem sido de fundamental apoio a naturalização do racismo anti-negro, seja por seu viés culturalmente eurocêntrico, seja pela aplicação de critérios de seletividade tido como universais. É, contudo o trabalho e a renda os mecanismos mais eficazes do controle social dos descendentes de africanos: "Negros ganham menos, trabalham mais sem carteira assinada e são a maioria em serviços domésticos, agricultura e construção civil".⁶

A hegemonia da elite branca no Brasil é fato incontestável, mesmo entre alguns setores dessa mesma elite.⁷ Por medo, conformismo ou preguiça muitos preferem não enxergar os efeitos nefastos do racismo anti-negro no Brasil. Empiricamente olhares e vozes críticas se acumulam e avolumam na observação e denúncia desse quadro ao longo do século XX.⁸ Tais vozes dissonantes no concerto nacional é que podemos chamar de Consciência Negra.

O termo consciência parece ter entrado em voga na popularização da psicanálise no decorrer do século XX, grosso modo sua antítese é tanto o inconsciente, quanto a não consciência, que também pode ser designada alienação. O termo Consciência Negra surgiu no contexto da luta contra o Regime Constitucional Nazi-Racista da África do Sul e foi desenvolvido como conceito pelo ativista Steve Biko.⁹ No Brasil a

⁵ Ibidem

⁶ Ibidem

⁷ Em 2006, o ex-governador Cláudio lembro causou comoção na mídia na opinião pública ao referir-se a “Elite branca Paulista”, para tentar explicar os ataques do crime organizado, a insegurança e a corrupção policial em São Paulo.

⁸ Já ao início do século XX Lima Barreto, por meio de seus romances fazia uma crítica mordaz e realista ao limites da cidadania republicana e situação da população negra. Lei por exemplo “Os Negros, Esboço de uma peça” texto teatral inacabado. In: Barreto, Lima. Histórias e sonhos. São Paulo: Rio de Janeiro: Porto Alegre: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Sd. P208-213.

⁹ Ver BIKO, Steve. Escrevo o que quero. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1990. E também JONGE, Klaas de. África do Sul Apartheid e resistência. São Paulo: Cortez: Eboh, 1991. Vre também: CORNEVIN, Marianne. Apartheid, poder e falsificação Histórica. Biblioteca de estudos Africanos Lisboa: edições 70, 1979.

Consciência Negra pode ser entendida como movimento sócio-político-cultural, como parte da luta de auto-emancipação e afirmação cultural dos descendentes de africanos.

Este movimento caminha lento, ambíguo e às vezes até autofágico. É também descontínuo, difuso e descentralizado, mas ao mesmo tempo rico em experiências, narrativas e possibilidades democráticas. Isso ocorre justamente em função de suas concepções diversas, organizações celulares e redes de solidariedade e comunicação, ao que se sabe, ativas de forma intermitente desde a década de 1930. Essas redes garantiram a ruidosa presença de Membros da Frente Negra Brasileira nos dois Congressos Afro-Brasileiros realizados em Recife e posteriormente em Salvador nos anos 1930.

A “Rede Negra” produziu e difundiu estudos academicamente anti-hegemônicos nos anos 1970 e 1980 e ainda esteve ao andamento na realização do Festival Comunitário Negro Zumbi, o Feconezu. As trajetórias pessoais e coletivas são reveladoras de tenacidade e de uma grande capacidade de re-significação.

A Rede Negra é que permitiu o trânsito nacional dos ativistas do MNU e dos Literatos do Quilombhoje e ainda nos anos 1980 esteve em ação na realização do documentário de Zózimo Bobul sobre a mesma Frente Negra e, recentemente realizou a difusão desse filme na Web por meio do You-Tube. Isso não quer dizer que não haja tensão, disputa, dissidências e lutas por hegemonia no interior dos movimentos negros, mas antes se enfatiza justamente nossa capacidade de produzir consciência e de reconhecermos nossas próprias contradições e alteridades.

É, portanto um desafio do ativismo anti-racista pensar e atuar simultaneamente em diversas frentes, ativando e mantendo vivas as redes de solidariedades interétnicas, dinamizando as potencialidades democráticas do contexto atual e apontando os limites para superação do modelo republicano brasileiro. Em síntese, embora o racismo anti-negro tenha cedido muito pouco, o anti-racismo, por sua vez, tem avançado mais do que podem permitir ou admitir alguns cânones acadêmicos.

Falar em direitos dos negros e negras e nas ações afirmativas significa exatamente alargar os parâmetros da democracia participativa ainda em construção. Nós, descendentes de africanos rejeitamos com veemência o alarmismo da negrofobia contemporânea, seja ela advogada pela mídia, ou reverberada pelos setores mais conservadores do pensamento acadêmico brasileiro. Esse pequeno e seleto grupo que anda requeitando a comida azeda que Freyre distribuiu há década nas portas das Senzalas Modernas.

A última questão que pode ser pensada é: porque os estudiosos da “identidade nacional” insistem na “originalidade” do mito da democracia racial, preferindo a idealização da “mestiçagem harmoniosa”, ao invés de compreender e sanar os índices de exclusão e violência que entre nós são os mais altos do mundo? Olhando desse prisma, de fato o pacto racial que tem mantido erecta a espinha dorsal da hierarquia social brasileira está realmente em perigo.

Referências bibliográficas

- ANDREWS, G. R. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: Edusc, 1991.
- BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- BARBOSA, M.(org.). *Frente Negra Brasileira: Depoimentos, entrevistas e textos*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- BARRETO, Lima. *Histórias e sonhos*. São Paulo: Rio de Janeiro: Porto Alegre: Gráfica Editora Brasileira Ltda, Sd. P208-213.

- BIKO, Steve. *Escrevo o que quero*. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1990.
- CORNEVIN, Marianne. *Apartheid, poder e falsificação Histórica*. Biblioteca de estudos Africanos Lisboa: edições 70, 1979.
- CUTI, L. J. C. ...*E disse o velho militante*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos. corpo e alma do Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1972.
- _____. *Significado do protesto negro*. Cortez: São Paulo, 1989.
- FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GILROY, P. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2001.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (org.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HASENLBALG, Carlos A. “Desigualdades sociais e oportunidade educacional”. IN: *Cadernos de Pesquisa*, nº 63, 1987.
- _____. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2 edição. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERG; São Paulo: Humanitas, 2005.
- JONGE, Klaas de. *África do Sul Apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez: Eboh, 1991.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. *Raça Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- MUNANGA, K. “Negritude afro-brasileira: perspectiva e dificuldades”. In: *Revista de antropologia*, nº 1 33 - p. 109 - 118 - FFLCH / USP, 1990.
- _____. “Construção da identidade negra: diversidades e contextos e problemas ideológicos”. In: Josildeth Gomes Consorte & Márcia Regina da Costa. *Religião, Política, Identidade*. São Paulo, série Cadernos PUC, EDUC, 1988.
- ROSEMBERG, Fulvia. “Educação Infantil e classe, raça e gênero”. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 96. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, fevereiro de 1996.
- _____. “Raça e Educação Inicial”. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 77. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, maio de 1991.
- SANTOS, G. A. *A invenção do ser negro: Um percurso das idéias que naturalizam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SILVA, S. S. J. da. *A polifonia do protesto negro*, dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- _____. *Educação Pública: identidades em Movimento*. In: Caderno Temático de Formação Nº1. Leitura de mundo, Letramento, Alfabetização, Gênero, Sexualidade, Etnia. São Paulo: SME/ATP/DOT, 2003.
- SILVA, P. B. G. e SILVERIO, V. R. (orgs). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

“Salloma” Salomão Jovino da Silva: Professor de História da África da FSA. Doutor em História Social pela PUC-SP. Músico e professor de História no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de São Paulo (1993-2004). Pesquisador visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.